

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2021/2025

Ata número três

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada
no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois

Aos vinte e um dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Cine-Auditório da Casa da Cultura, Avenida Cidade Nova, em Mêda, com início pelas 09 horas 46 minutos, em Sessão Ordinária de setembro, presidida pelo seu Presidente, Luís Manuel Pêgo Todo Bom, secretariado pelo 1.º Secretário, António Carlos Proença Simão de Almeida e pelo 2.º Secretário, Márcia Maria Pereira Raimundo e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: João António Pêgo Zeferino; Marco Aurélio Mano Saldanha; Ana Filipa Damião Cardoso; Patrick dos Santos Morgado; João Paulo Damião Andrezo; João Jorge Ferreira Lourenço; Cláudio Jorge Heitor Rebelo; Dulce Isabel Ramos Pimenta; José Augusto Heitor da Fonseca; Miguel Ângelo Almeida Will; Fabiana Almeida Rodrigues.-----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Joel Filipe Martins Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso); Antero Augusto Gomes Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira); Mário Jorge Pereira Almeida Domingues (Presidente da Junta de Freguesia da Coriscada); António Norberto Rodrigues Tairum (Presidente da Junta de Freguesia de Longroiva); Vanessa Alexandra Correia da Conceição (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva); Jorge Miguel Graça Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto); Pedro Alexandre Amaral Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal); Artur Jorge Bastos Pimentel em substituição de Vítor Manuel Almeida Gomes; José Manuel Félix Lemos (Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga); Nélson Fernando Andrade Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Prova e Casteição); Maria Armada Oliveira Coelho em substituição de Artur Paulo Ricardo Primo (Presidente da Junta da União de Freguesias de Valeflor, Carvalhal e Paipenela).- Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, João Germano Mourato Leal Pinto, e os Senhores/as Vereadores/as, António César Valente Figueiredo, do CDS/PP, Carla Sofia Silva Sequeira, do PSD, Anselmo Antunes de Sousa, do PS e Júlio Fernando Amado Félix, do PS.-----

Faltaram os seguintes Membros: Maria Inês Soares Moreira (PS).-----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve:-

Período de Intervenção do Público:-----

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD):-----

Leitura de expediente;-----

Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para apresentação de votos, moções e recomendações;-----

Período da Ordem do dia (POD):-----

PONTO 1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 2. Apresentação da Versão 0 do Programa “Mêda 2030”;-----

PONTO 3. Proposta n.º 05/2022 – Plano Diretor Municipal (PDM);-----

PONTO 4. Proposta n.º 14/2022 – Pacto dos Autarcas;-----

PONTO 5. Situação Económica e Financeira reportada de 01.01.2021 a 30.06.2021, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

PONTO 6. Relatório Anual de Atividades – Ano de 2021;-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** após cumprimentar os presentes, deu início ao Período de Intervenção do Público.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

Não havendo público para intervir, o Sr. Presidente da Assembleia, passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de trabalhos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Presidente da Assembleia Municipal - Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia. Seguidamente solicitou ao 1.º Secretário que procedesse à leitura do expediente.--

1.º Secretário - Deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: ----
Envio de *e-mail* por parte da Senhora Deputada Municipal Maria Inês Soares Moreira a justificar a falta à presente sessão.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros;-----

João Lourenço – PS, fez a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

Senhores Secretários de Mesa-----

Senhor Presidente de Câmara-----

Senhores Vereadores-----

Caros Colegas Deputados desta Assembleia-----

Caros Municípios presentes-----

1. Passados que são, praticamente, 100 dias deste mandato do Executivo Camarário, firmamos a convicção de que, apesar de ter resultado de uma coligação de partidos (PSD e CDS) - inédita no nosso concelho - estes escassos 4 meses foram já suficientes para que os nossos Municípios se tivessem apercebido de que o lema apresentado pela coligação na campanha eleitoral, ("maior ambição e novo rumo") são, afinal, “sacos cheios de nada”...-----

Precisamente por isso, nestes escassos 4 meses, este Executivo já desbaratou a base popular de apoio que, embora meramente marginal, o elegeu, conforme se demonstrou nos resultados das recentes eleições legislativas.-----

Insisto que este Executivo recebeu do anterior uma inestimável herança, na dupla vertente de uma saudável situação económica e financeira e, por outro lado, uma carteira de obras já adjudicadas (e com as comparticipações do Estado e da União Europeia devidamente asseguradas) no valor aproximado de 4.5 milhões de Euros.-----

Vaticino mesmo que, nos próximos anos, bastará a este Executivo dar sequência e executar esse conjunto de obras.-----

Sim, porque o que interessa é beneficiar o Concelho e os Municípios com tais investimentos!-----

É desnecessariamente estulto dizer que “as obras são de quem as executa”!-----

Quem diz isso, revela alguma desfaçatez, quanto é certo que, sobretudo no que diz respeito a obras e investimentos significativos, designadamente os comparticipados, a exigência técnica e a consequente morosidade são atributos muito mais relevantes na fase de conceção, planeamento, cabimento orçamental e contratação de empreiteiros, do que propriamente a mera execução das mesmas.-----

Por isso, Sr. Presidente e Sr.s Vereadores: Façam o vosso trabalho, executem as obras,

em prol do nosso Concelho, que o veredicto do povo, na sua sabedoria, virá na altura própria e ajuizará as inerentes responsabilidades! Não percam tempo em tentar iludir o povo, reivindicando como vossos atributos alheios!-----

2. É claro que os resultados das eleições legislativas são para a coligação executiva um sério revés.-----

Na minha intervenção na anterior Assembleia Municipal eu alertei precisamente para a mais que certa vitória do Partido Socialista nesta eleições e devo dizer que, na campanha eleitoral em que ativamente colaborei, sempre alvitrei e desejei, a bem de Portugal, a maioria absoluta do PS.-----

Pois bem! Reiterando o que então referi nesta Assembleia, "... não faz parte do ADN do Partido Socialista qualquer tendência monocrática ou autocrática ou centralizadora do exercício de poder...", pelo que a oposição democrática do PS neste concelho estará sempre disponível para colaborar em tudo o que for necessário para que os interesses dos nossos municípios sejam defendidos e salvaguardados.-----

Mas também importa que não se repitam tristes episódios como um que recentemente ocorreu, de uma Ministra do Governo, em visita de cortesia e homenagem a uma Instituição da Mêda, ter sido recebida, como foi, num vão de escada, e com a ausência ostensiva do responsável operacional...-----

O futuro da Mêda, sobretudo nos próximos tempos, com as oportunidades únicas inerentes dos desafios da implementação do PRR (Plano de Recuperação e de Resiliência) e do Portugal2030, impõe uma estreita interação entre o Governo da República, sendo imperativa nesse âmbito a colaboração ativa de todas as forças vivas do nosso concelho, designadamente, da oposição democrática do PS.-----

3. Ora, vem a propósito insistir num assunto por mim já abordado na AM de 28 de dezembro, citando: "... O futuro desta autarquia tem de contar sempre com todas as forças políticas locais, sem sectarismos, sem discriminações, sem revanchismos. Todos os Municípios, independentemente das suas convicções políticas podem e devem colaborar para o progresso e bem-estar das nossas populações".-----

Com efeito, tem-se verificado que o atual executivo, (contrariamente à atuação absolutamente exemplar do anterior, no respeito e isenção da diversidade política e partidária de todos os Colaboradores da Câmara e de todos os setores de atividade) tem promovido uma espécie de depuração política, fazendo cessar abruptamente os serviços prestados por diversos municípios (independentemente da valia intrínseca dos mesmos e do respetivo desempenho profissional), só porque tais municípios estão, ou estiveram, ligados, direta ou indiretamente, ao Partido Socialista, ou mesmo como simples simpatizantes, quando não por meras relações pessoais ou familiares...-----

Isto é muito grave, porque denota o espírito persecutório de quem se arroga neste Concelho - que é de todos os municípios - como se fossem "donos disto tudo..."-----

No início, ainda pretextaram, mesmo formalmente, que pretendiam cessar situações de precariedade laboral, substituindo-as por contratações a termo - o que até iria em consonância com um dos princípios defendidos pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral...-----

Todavia, mais uma vez a incoerência se revela: Este executivo já formalizou, só em 2 meses, nada mais nada menos do que 8 contratos de prestação de serviços em regime de avença, no valor global de €86.285,20 e já reforçou a verba disponível para esse efeito para o valor global de €160.000,00.-----

E fez cessar a prestação de serviços a diversos municípios, sem qualquer ponderação da valia e necessidade dos mesmos, nem, tão pouco, do nível de desempenho de cada uma

das pessoas visadas.-----

Aliás, são curiosos os termos de algumas das cartas de cessação dos contratos: Referem que a decisão de dispensa resulta de “Deliberação conjunta do Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente e Sr.a Vereadora” como se se tratasse de um assunto da maior relevância funcional, que justificasse a unanimidade formal de todo o Executivo...-----

Mas, pensado bem, talvez isso seja uma nota interessante, demonstrativa de que o atual Presidente do Executivo, afinal, não mudou nada desde que foi aqui derrotado nas eleições de há 12 anos atrás...-----

4. Sr. Presidente da Câmara!-----

Dirijo-me, finalmente, a si, na secreta esperança de lhe remanescer ainda alguma dose de bom senso.-----

Continuo a pensar que o Sr. regressou à Mêda com bons propósitos de recuperar a sua credibilidade nesta terra, terra esta que considerou, à sua maneira, como sua, durante mais de 20 anos.-----

Certamente, contribuiu para esse regresso a convicção (que lhe incutiram) de que os ciclos políticos, quer a nível central, quer local, estariam em vias de mudança.-----

Por isso, não hesitou em regressar ao seu PSD e em aliar-se aos que tanto o haviam denegrido no passado mais distante.-----

Se, no plano local, conseguiu uma vitória (ainda que por pequena margem, mas democrática sempre), penso (isto é apenas um alvitre pessoal que, todavia, se vai confirmando com o tempo!), que com essa vitória se entusiasmou excessivamente, descuidando e relegando a gestão corrente para os seus vereadores. Estes, porém, parece terem agendas e percursos próprios e não coincidentes entre si, quando não, conflituantes.-----

Contudo, importa recordar que o PS, nas autárquicas foi o único partido que cresceu neste Concelho (apesar de não suficiente para o cômputo dos partidos da coligação).---

E, “last, but not least”, o PS consolidou nas eleições legislativas o Governo da República com uma maioria absoluta confortável e o partido com o qual localmente se aliou o PSD, deixou de ter qualquer deputado na Assembleia da República.-----

Nestes cenários, Sr. Presidente da Câmara, se a defesa dos interesses deste Concelho e do seu povo é (como apesar de tudo creio) o seu objetivo fundamental, é tempo de mudar de rumo!”.-----

Mário Domingues (Presidente da Junta de Freguesia de Coriscada), deu nota dos ofícios e e-mails enviados nos últimos tempos pela a junta de freguesia da Coriscada à Câmara Municipal:-----

Colocação da antena da rede Altice (MEO), assunto já protocolado com o anterior Executivo da junta de freguesia da Coriscada;-----

Prospecção do lítio junto ao rio Massueime e o impacto que poderá vir a ter na saúde pública;-----

Problemática das lixeiras, assunto transversal a todas as freguesias e à sede de Concelho;-----

Em que ponto é que se encontra a construção do regadio na Coriscada;-----

Transportes públicos, problema transversal a todas as freguesias;-----

PDM (Plano Diretor Municipal). A junta de freguesia da Coriscada recebeu da Câmara Municipal três ofícios sobre esta matéria, porém desconhece os locais referidos nos mesmos.-----

Vale do Mouro. Mostrou-se preocupado com a inércia demonstrada pelo Executivo relativamente a este assunto.-----

Estrada que liga o concelho de Mêda a Pinhel. Em que ponto é que se encontram as obras naquela estrada e se já foram tomadas algumas diligências por parte do Executivo;-----

Ausência de saneamento, esgotos e rede elétrica, em algumas casas da freguesia. Aproveitou o momento para solicitar ao Executivo o agendamento de uma reunião a fim de perceber se é ou não uma situação de fácil resolução.-----

Mais apoio financeiro à junta;-----

A necessidade premente de construir casas de banho para pessoas com mobilidade reduzida no jardim público e a inserção de alguns aparelhos de exercício físico;-----

Impermeabilização das piscinas, colocação de chão na entrada e construção de uma casa de banho para pessoas com mobilidade reduzida;-----

Apoio à saúde com a possibilidade da realização de rastreios aos fregueses;-----

Arranjo dos caminhos rurais;-----

A terminar a intervenção mostrou-se surpreendido com a notificação da ASAE relativamente ao parque infantil. Disse que se não fosse a notificação, a junta de freguesia desconhecia por completo o ponto da situação. No seu entender, esta é a prova da ineficiência, bem como da incompetência de não se fazer cumprir a lei. Deixou bem claro que o executivo da junta de freguesia, tudo fará para reverter a situação, cientes da sua seriedade, empenho e dedicação.-----

Heitor da Fonseca – PS, disse que gostaria de saber se vai ser dada, por parte do executivo, a devida atenção ao MORE Colab – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, por forma a aproveitar toda a sua eficiência.-----

Teve conhecimento que o projeto da Zona Empresarial da Mêda já se encontra em movimento, pelo que questionou se já foi criado algum regulamento para aquele fim, e como é que vai decorrer todo o processo de ocupação daquele espaço por parte de empresários. Neste sentido defendeu a criação do Guia do Investidor por forma a auxiliar o trabalho para preenchimento dos espaços.-----

Fabiana Rodrigues – PS, perguntou em que ponto é que se encontra a implementação do Conselho Municipal da Juventude.-----

Reportou-se à reunião ordinária da Câmara Municipal do passado dia 11 de fevereiro, na qual foi apresentada, pelos Vereadores do PS, uma proposta para atribuição de um apoio financeiro aos produtores de gado ovino, caprino e bovino, bem como aos apicultores com explorações pecuárias e agrícolas sediadas no Concelho. A proposta tinha como objetivo minimizar o efeito da seca na economia de mais de 200 famílias do Concelho, grande parte delas pequenos agricultores. Pediu ao Executivo que informasse aquele Plenário do motivo para a proposta não ter sido aceite.-----

Jorge Lourenço (Presidente de Junta de Freguesia do Poço do Canto), perguntou em que moldes vai funcionar a pareceria feita entre o Município de Mêda e as Fundações Álvaro Carvalho, e The Claude and Sofia Marion Foundation – Especialidade de Oftalmologia, no âmbito de operações às cataratas.-----

Perguntou que é que está a ser desenvolvido no âmbito do turismo.-----

Disse ter conhecimento da assinatura de um protocolo entre o Município e a Aenebeira – Associação Empresarial do Nordeste da Beira, indagando qual a dinâmica que o protocolo vai trazer aos empresários e aos munícipes do Concelho.-----

Numa retrospectiva dos últimos 4 meses do mandato, lamentou que o problema da estrada Cancelos - Areola e Cancelos – Ranhados, se mantenha. Considerou ser urgente o Executivo proceder a uma intervenção naquele troço.-----

Recordou a promessa de criação de um espaço fluvial e uma rota dos moinhos na zona da ribeira teja, questionando se já foi feita alguma prospeção.-----

José Lemos (Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga), aludiu à intervenção do Senhor Deputado João Lourenço, declarando que, para além do estado em quê se encontram os edifícios da Casa da Cultura e da Biblioteca Municipal, as notificações enviadas pela ASAE, relativamente ao Parque Municipal, e pela Inspeção Geral da Agricultura, relativamente à lixeira, são boas heranças deixadas pelo anterior Executivo.-----

Admitiu que os resultados das eleições legislativas foram bastantes positivos para o Partido Socialista, tendo obtido maioria absoluta, mas na Mêda, as pessoas decidiram não confiar mais em quem estava e as coisas devem ser aceites tal qual como são.-----

Enquanto Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mêda, esclareceu o Senhor Deputado Municipal João Lourenço que, relativamente à vinda da Senhora Ministra, Ana Mendes Godinho, à Mêda, apenas foi comunicado à Associação, com menos de 24h de antecedência, que a mesma visitaria os Bombeiros. Proclamou que o bom nome dos Bombeiros Voluntários de Mêda nunca será beliscado por uma pessoa como o Sr. Deputado.-----

Enquanto Presidente de Junta, dirigiu-se depois ao Sr. Presidente da Câmara, lembrando o estado em que se encontra o caminho da Santa Colomba, no acesso ao posto de vigia. Esclareceu que durante o período de incêndios, o posto de vigia funciona 24 h por dia, tornando-se muito difícil o acesso.-----

Cláudio Rebelo – PS, aludindo à intervenção anterior, do deputado municipal José Lemos, disse que a mesma é contrária ao espírito de um bombeiro. Um bombeiro tem como missão apagar incêndios e não de os incendiar.-----

Interpelou o Senhor Presidente relativamente à candidatura do Município à medida “Bairros Comerciais Digitais”. Tem conhecimento se encontram abertas as candidaturas até 31 de março, sendo que muitos Municípios já se encontram na vanguarda dessas mesmas candidaturas, pelo que gostaria de saber o que é que o Município está a fazer relativamente a este assunto.-----

Disse ter conhecimento que decorreu na semana passada, uma reunião da Associação de Municípios da Cova da Beira, na qual foi discutido e aprovado um orçamento para o seu território, território do qual a Mêda faz parte. Intuiu que o Senhor Presidente da Câmara esteve presente, pelo que solicitou, que transmita à Assembleia Municipal qual o montante destinado ao Município de Mêda.-----

Disse também ter conhecimento que a Associação de Municípios do Douro Superior reuniu recentemente, pelo que também questionou quais os projetos e candidaturas a que o Município se poderá candidatar.-----

Sobre o lítio, e como resultado da reunião que decorreu em Lisboa, onde estiveram presentes vários Presidentes de Câmara, nomeadamente o Presidente da Câmara, Dr. João Mourato, perguntou qual a área do Concelho que vai ser alvo de prospeção. Tendo em conta que é um assunto de extrema sensibilidade, até porque envolve a saúde pública, sugeriu que nesta primeira fase, a posição mais sensata que o Executivo deverá adotar é ouvir, ver e explicar para que não sejam agitadas ondas de insatisfação popular.-----

Louvou a ação de sensibilização levada a cabo pelo Município no que diz respeito à escassez de água, a qual contou com a presença do Dr. Marques Sá, do qual é amigo pessoal. Pediu ao Executivo da Câmara para que informasse o Plenário do resultado da ação de sensibilização. Deixou o repto para que, de futuro, quando ocorram ações deste

tipo, todos sejam convidados a participar. Presidentes de Junta e membros da Assembleia Municipal.-----

Dirigiu-se depois ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntado se esteve presente no III Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, que decorreu no dia 19 de fevereiro, na Covilhã. Deu nota que o anterior Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Jorge Lourenço, sempre fez questão de participar nos mesmos, pedindo que informasse se o tema da regionalização esteve ou não em cima da mesa.-----

De seguida, prestou o seguinte esclarecimento, face às críticas que ocorreram dessa Assembleia:-----

Disse que enquanto líder da bancada do Partido Socialista já no anterior mandato da Assembleia Intermunicipal e também vice-presidente da federação do Partido Socialista da Guarda, reparou que o PS tinha uma maioria clara neste órgão, contrária ao órgão executivo, por isso com os restantes membros da bancada intermunicipal do PS quiseram acautelar algumas situações para que a Assembleia Intermunicipal pudesse decorrer com a maior normalidade, já que a mesma estava ferida de possíveis ilegalidades, tais como:-----

- O Município de Belmonte não tinha indicado, nem sufragado os seus representantes para pertencerem a este órgão, tendo solicitado ao presidente cessante da Assembleia Intermunicipal um parecer jurídico sobre esta situação.-----

Alertou para a situação do município de Figueira de Castelo Rodrigo, que erradamente enviou para a Assembleia Intermunicipal dois representantes do PSD e não um do PSD e outro do PS, resultado do método de D'hont.-----

Alertou para o facto de que, apesar do espaço escolhido (Auditório da Casa Municipal da Cultura de Mêda) ter todas as condições para que se pudesse realizar uma Assembleia Intermunicipal de forma mista (presencial e em video call) à semelhança do que ocorreu na última Assembleia Municipal de Mêda, mas para isso era necessário ter acautelado e providenciado os recursos tecnológicos necessários.-----

Todos estes e outros aspetos que foram solicitados ao Presidente cessante da Assembleia Intermunicipal não foram acautelados e foram totalmente desprezados, uma vez que existiam vários deputados intermunicipais que estavam em isolamento profilático e por essa razão não poderiam tomar posse. Se não podiam tomar posse, não podiam ser eleitos e também não podiam ser substituídos. Por tudo o exposto, foi colocada em causa a proporcionalidade do órgão e respetiva eleição da mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

Por último, concluiu que se não tivesse razão na respetiva postura de abandono da assembleia intermunicipal, não teria o conselho executivo solicitado à posteriori um parecer jurídico à CCDR-C que atestou tais ilegalidades, aguardando ainda sem data, que se reponha toda a legalidade do órgão.-----

A seguir alertou para o facto de a Mesa da Assembleia municipal não estar a cumprir o regimento, citando como exemplo o incumprimento que foi cometido na última Assembleia Municipal sobre o ponto de informação do Presidente da Câmara que o mesmo foi omitido, não tendo sido possível falar de alguns assuntos, como por exemplo os gastos exorbitantes na iluminação de natal e outras coisas que hoje serão extemporâneas. Reiterou a necessidade de cumprir com os pontos constantes da ordem de trabalhos.-----

Anotou que há aspetos que devem ser melhorados na preparação das Assembleias Municipais, como por exemplo o envio atempado das convocatórias e da documentação

de apoio.-----

Concluiu evocando que o Partido Socialista local teve o melhor resultado eleitoral de sempre em eleições nacionais e o pior no que diz respeito ao PSD e também ao residual resultado do CDS/PP local. Acrescentou que o concelho de Mêda é um concelho onde o PS nunca ganhou uma eleição a nível nacional, nem mesmo nas reeleições de Mário Soares ou mesmo de Jorge Sampaio.-----

Marco Saldanha – Coligação PPD/PSD.CDS-PP (Juntos pela Mêda), começou por fazer, primeiramente, uma análise mais a nível nacional, introduzindo que é verdade que na democracia o povo decide, e nas últimas eleições legislativas decidiu continuar a trilhar um caminho de políticas de esquerda, reforçando a responsabilidade do Partido Socialista através de uma surpreendente maioria governativa. Sublinhou a palavra “responsabilidade” porque é disso que se trata. Se antes o governo se escudava nas dificuldades que a geringonça colocava na engrenagem para serem tomadas medidas estruturais para o país, nos próximos 4 anos, com maioria, terão um caminho aberto para reformar e desenvolver o país como os portugueses ambicionam e como já foi também aqui referido com algumas medidas, como a barragem da coriscada e o lar na Barreira.-----

Na Mêda, a vitória do PSD pode ter sido tangencial, no entanto não deixa de ser uma vitória, declarando que não foi apenas o PS que reforçou a votação, o PSD face há 2 anos atrás também reforçou a sua votação. O concelho, uma vez mais, demonstra que resistiu à tendência nacional e continuou a confiar no Partido Social Democrata. Apesar do PS poder aqui vir aqui reclamar uma vitória moral, se é que elas existem, a verdade é que é dos livros que por um se ganha, por um se perde, e na Mêda o PSD continuou a ganhar. Alertou, também, para o despotismo e arrogância que por vezes aconteceram em anteriores legislaturas pois todos nos lembramos do resultado da governação da última maioria socialista do Eng.º José Sócrates. Estes tiques maioritários, como já foi aqui referido, começaram bem cedo e a nível regional com os cálculos do PS na Assembleia da CIM-BSE.-----

Dirigiu-se à Assembleia declarando que nem tudo gira em torno dos jogos políticos sendo que o PS tem mais 4 anos para deixar de pensar pequeno e concentrar esforços em governar bem e tirar o país da cauda da europa.-----

Voltando à esfera municipal, transmitiu o grupo da Coligação ficou estupefacto por umas declarações proferidas pelo Vice-presidente, Eng. César Figueiredo, à Lusa, onde foi por ele referido a pesada herança deixada pelo anterior executivo socialista. Não é que este tipo de surpresas sejam novidade, depois de em Lisboa, Fernando Medina ter deixado uma multa bem pesada devido ao “Russiagate”, aqui na Mêda o PS deixa um custo bem pesado a que podemos apelidar de “Lixeiragate”. Os anteriores Executivos Socialistas não só permitiram como até promoveram o depósito de resíduos numa lixeira a céu aberto numa zona, onde sabiam, previamente, que iria ser instalada a área de acolhimento empresarial. E mesmo que não houvesse outro local para tal, nem por isso se preocuparam ao longo dos anos de fazer o dito tratamento e encaminhamento destes resíduos, deixando mais uma herança ao atual executivo. Esta triagem de tratamento de resíduos terá um custo (pelo que foi referido na notícia) entre 200 a 300 mil euros que poderiam e deveriam ter sido acautelados ao longo do tempo não só a bem das finanças locais, mas principalmente a bem da preservação do ambiente do Concelho.-----

Deixou uma última palavra de consideração pelo esforço que o atual Executivo terá que fazer nesta matéria e noutras matérias a nível de multas, como já tiveram

conhecimento.-----

João Zeferino - Coligação PPD/PSD.CDS-PP (Juntos pela Mêda), à semelhança do que já havia feito na sessão anterior, abordou novamente temas como a educação e saúde. Relativamente á educação, desafiou o Senhor Deputado Cláudio Rebelo a mostrar em concreto onde é que o concelho está melhor agora do que há uns anos. Concordou que se diga que nos últimos anos se conseguiram agregar meia dúzia de alunos, mas o essencial continua exatamente como estava, o que leva a uma avaliação negativa, ou seja, em termos de educação, o Concelho possui um défice sobre quem sai e quem entra.-----

Quanto à saúde, desafiou o Executivo da Câmara a fazer uma avaliação pública sobre o contentamento desta nova filosofia que foi introduzida na Mêda. A USF (Unidade de Saúde Familiar).-----

Sobre o ocorrido na sessão de tomada de posse da Assembleia Intermunicipal da CIMBSE, dirigiu-se ao Deputado Cláudio Rebelo dizendo que a justificação por ele dada, não corresponde totalmente à verdade. Passou a explicar que foi proposto pelo Presidente cessante da Assembleia CIM-BSE que os membros não presentes tomassem posse via *e-mail*. Isto foi facto. A verdade é que a Bancada do Partido Socialista não permitiu que assim fosse, o que demonstra que já vinha com tudo devidamente concertado para boicotar a Assembleia, mas não foi a Sessão que foi boicotada. Foi a região que foi boicotada, foram os projetos que se encontram em fase de execução, foi um concelho e foi uma região.-----

Lamentou que quando deveriam estar todos em consonância e a promover o bem-estar das populações, a prioridade tenha sido criar jogos partidários.-----

Por último, abordou o tema da seca, pedindo ao Executivo que sejam tomadas medidas, declarando que o assunto é sério demais para se ficar de braços cruzados.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

(Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que seja necessária.-----

O **Presidente da Câmara Municipal**, dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal João Lourenço, dizendo que ao ouvir a intervenção do Sr. Deputado fica com a sensação de que a Câmara Municipal tem sido governada pelo PSD durante os últimos 20 anos, o que não é verdade. A verdade é que os últimos quatro meses de governação têm sido muito pouco para resolver todos os problemas que têm surgido. Pólo Termal de Longroiva, herança do passado, e sobre a qual já foram feitas muitas reuniões nos últimos meses entre a Câmara e o concessionário a fim de se chegar a uma resolução. O assunto é demasiado sério para ser tratado de forma leve, englobando assuntos como o furo termal que, caso nada seja feito, a propriedade do furo passa para a DGF.-----

As notificações da ASAE que têm surgido nos últimos meses, tanto sobre o parque da Coriscada como o parque municipal de Mêda. Mais uma herança do passado, podendo a multa pode chegar aos €100.000,00 (cem mil euros).-----

A lixeira municipal é outra herança do passado que estão a tentar resolver, mas é um assunto sobre o qual passará a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

Sobre as avenças, e apesar das dificuldades também deixadas pelo anterior Executivo sobre esta matéria, disse o objetivo deste Executivo é terminar com todas as avenças, uma vez que não criam estabilidade profissional aos colaboradores.-----

Lamentou o ocorrido no dia 02 de fevereiro, na primeira sessão da Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE deste novo mandato.-----

Deu nota da reunião que o Executivo teve, em Lisboa, com a Administração da Altice Portugal, a fim de resolver a cobertura de rede móvel e internet no Concelho.-----

Neste momento passou a palavra à Senhora Vereadora Carla Sequeira para responder a algumas das questões colocadas.-----

A **Vereadora Carla Sequeira**, no uso da palavra cumprimentou os presentes, dirigindo-se de seguida ao Senhor Deputado Municipal João Lourenço, assegurou que os Pelouros se encontram distribuídos pelos três membros que compõem o Executivo, os quais funcionam em perfeita sintonia. Asseverou serem uma equipa coesa que tem como principal objetivo defender o Concelho.-----

Reportou o estado lastimável em que se encontram os equipamentos afetos à cultura, como a Biblioteca Municipal, os equipamentos desportivos, etc..O Jardim de Infância é equipamento que se encontra muito degradado, com os vidros partidos ou estalados. Garantiu que serão substituídos o mais rápido possível.-----

Sobre o Vale do mouro, questão colocada pelo Senhor Presidente da junta de Freguesia da Coriscada, Sr. Mário Domingues, respondeu que, a Câmara Municipal, sabendo da relevância e importância daquele espaço para o Concelho em termos turísticos, está à procura de financiamento que permita dar uma nova dinâmica ao espaço.-----

Ao Senhor Deputado Heitor da Fonseca respondeu que a interação com o MORE Colab tem sido muito profícua, sendo que a última reunião decorreu na passada quinta feira.-

À Senhora Deputada Municipal Fabiana, respondeu que o assunto Conselho Municipal da Juventude está a ser tratado.-----

Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente de Junta do Poço do Canto, Jorge Lourenço, explicou que o protocolo assinado com as Fundações Álvaro Carvalho e The Claude and Sofia Marion Foundation, foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, sendo que as primeiras cirurgias às cataratas vão ser realizadas no próximo dia 02 de março, em Castelo Branco. O Município faculta o transporte.-----

Sobre os Bairros Comerciais Digitais, respondeu ao Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo, que na semana passada estiveram presentes numa sessão de esclarecimento, e até 31 de março, a Câmara Municipal tem a possibilidade de manifestar a sua candidatura.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, César Figueiredo.-----

O **Vice-Presidente** começou por cumprimentar os presentes, lamentando que, ao fim de três sessões da Assembleia Municipal, os assuntos da Bancada do PS continuem a ser gabar-se daquilo que não fez. Lamentou que dispondo o Executivo de 4 milhões de euros, nada tenha feito, sendo que quem perdeu foi o Concelho. Aprofundou que dos 4 milhões disponíveis, no mês passado a Câmara recebeu duas notificações/decisões de projetos reprovados. Zona Histórica - €600.000,00 – reprovada; casa adjacente à Câmara Municipal que serviria para alargamento dos serviços municipais - €200.000,00 – reprovada; substituição da caixilharia da escola – reprovada. Só estas obras totalizam cerca de um milhão de euros. Mais o meio milhão destinado aos arranjos das ruas no Bairro do Barrocal, já ascende a um valor de cerca de dois milhões de euros. Outra obra da qual a Bancada do PS se vangloria, é a Zona Empresarial de Mêda. Um projeto de 2 milhões e 100 mil euros, mas que feitas bem as contas, sobra apenas 1 milhão e 100 mil

euros. Os 4 mil a 5 mil metros cúbicos de lixo que têm que ser retirados daquele espaço, é outro problema que está a ser resolvido.-----

O Pólo Termal de Longroiva é outro problema que o anterior Executivo foi “empurrando com a barriga” ao longo dos tempos.-----

A Estrada Cancelos – Areola e Cancelos – Ranhados é outra herança do passado que está a ser resolvida.-----

Sobre a proposta de apoio aos produtores pecuários apresentada pelo PS em reunião de Câmara, explicou que a mesma não foi aceite em virtude de o Executivo em Exercício pretender ser mais abrangente nesta matéria.-----

Sobre o lítio, defendeu que pode ser uma oportunidade para o Concelho, desde que sejam acauteladas as questões de saúde pública e ambiental.-----

Lamentou que o Regadio Tradicional da Coriscada, apesar das promessas, nomeadamente do Sr. Primeiro Ministro em visita à Mêda, não tenha passado de promessas.-----

A seca é um assunto que muito preocupa o Executivo. A água é um bem finito que tem que ser resolvido o mais rápido possível. Acrescentou que a água que a Câmara compra em alta e que depois vende, dá um défice de meio milhão de euros.-----

O caminho de Santa Colomba é outro problema que o anterior Executivo “empurrou com a barriga”, mas que vai ser resolvido.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto seguinte.-----

PONTO 2 - APRESENTAÇÃO DA VERSÃO 0 DO PROGRAMA “MÊDA 2030”-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto dois** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo I).-----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à apresentação da “Versão 0 do Programa “Mêda2030””. Introduziu que a Câmara Municipal criou/indicou um grupo de trabalho para dar sequência a um conjunto de ações, composto pelos Técnicos Superiores do Município, David Fidalgo, Pedro Ferreira, Bruno Silva, o João Oliveira e o Álvaro Ferraz.-----

De seguida passou a fazer a apresentação do *powerpoint*, referindo que o que condiciona a competitividade das regiões é o conjunto de recursos que as regiões têm que transformam em competências e capacidades únicas, difíceis de imitar.-----

A primeira coisa a fazer é questionar quais são os recursos que o Concelho tem, porque é com base nesses recursos que se estabelece um programa de desenvolvimento.-----

A segunda é questionar quais são os recursos que devem ser considerados. Serão recursos físicos, recursos do conhecimento ou recursos financeiros.-----

Relativamente aos recursos físicos, o Concelho dispõe de alguns. Tem bom clima; tem bons solos; o Concelho está inserido numa região bonita; possui boas paisagens. Tudo isto é um conjunto de recursos físicos interessantes. Porém, em termos de recursos do conhecimento e recurso financeiro as coisas já são diferentes. Não existem no concelho muita gente rica e também não existem pessoas com recursos de conhecimento substanciais.-----

Depois, deve-se questionar quais são as competências que temos disponíveis. Isto inclui o investimento ativo e a gestão de pessoas.-----

De seguida, propôs aos Senhores Deputados que se fizessem as seguintes questões: quem somos e onde estamos; o que é que queremos ser e para onde queremos ir e

como vamos lá chegar.-----

Prosseguiu com a apresentação do *powerpoint*, concluindo a mesma com as palavras chave que devem reger a todos ali presentes, a saber: crescer, modernizar, qualificar, atrair, formar, construir, promover, empreender.-----

Heitor da Fonseca PS, recordou que no ano de 2019, mais concretamente na sessão de fevereiro, procedeu à apresentação de um documento intitulado "Ponto de Partida para a Estratégia na Mêda". Este poderia ser dividido em três momentos. Um primeiro momento quando foi sugerido que o mesmo fosse colocado à auscultação pública para recolher contributos, uma vez que os partidos políticos e as bancadas não davam grande participação. Com esta auscultação foram apresentados cento e sessenta e oito contributos. Cento e oito pessoas do Concelho e sessenta pessoas de fora do Concelho.-

O segundo momento foi em fevereiro de 2021, quando tudo coligiu e se criou um documento chamado "Plano de Ação - Estratégia Municipal da Mêda2030". Esse documento está hoje no site da câmara, tendo vindo a reforçar o primeiro.-----

O terceiro momento tem a ver com a tentativa de criar o Guia do Investidor.-----

Tudo isto culminou num documento mais sofisticado que se chamava "Mêda2030 – Uma Estratégia para a Atratividade".-----

Rematou, sugerindo ao grupo de trabalho que agora vai começar, que tenha por base o documento "Mêda2030 - Uma Estratégia para a Atratividade". -----

João Zeferino - Coligação PPD/PSD.CDS-PP (Juntos pela Mêda), relativamente a este assunto, disse desconhecer a existência de um anterior documento. Agradeceu ao Senhor Deputado Municipal Heitor da Fonseca a explicação dada, o que fez que todos ficassem mais enriquecidos.-----

Quanto ao documento agora apresentado, nada tem a acrescentar, apenas defendeu que era bom que para o ano já houvesse algo de concreto.-----

Cláudio Rebelo – PS, enalteceu o trabalho do Eng. Luis todo Bom, até pela forma pragmática como o apresentou. Enalteceu também o Eng. Heitor da Fonseca pela resenha que acabara de fazer daquilo que foi um trabalho feito pelo anterior Executivo.-

Apelou para que o trabalho anterior seja levado em conta. Na sua opinião um bem pode complementar o outro, o que só traz mais valias para a Mêda.-----

Marco Saldanha - Coligação PPD/PSD.CDS-PP (Juntos pela Mêda), deu os parabéns ao Eng. Luis Todo Bom pelo trabalho apresentado.-----

A terminar, pediu ao grupo de trabalho para que não descure a vertente da digitalização, onde inclusive se podem começar a dar os primeiros passos através de criação de conteúdos e de aplicações móveis por parte do Município.-----

Deixou o exemplo de aplicações móveis por parte do Município, como a cobrança de água, alertas na via pública, etc, e de aplicações móveis para fins turísticos.-----

Miguel Will – PS, apelou para que o documento seja aberto a todos, para que todos possam colaborar.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto seguinte.-----

PONTO 3 - PROPOSTA N.º 05/2022 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto três** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo II), passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** introduziu que o documento ali apresentado é um

instrumento de trabalho que é a Revisão do Plano Diretor Municipal. O documento agora apresentado é o resultado de um trabalho profícuo onde a Vereadora desenvolveu a parte jurídica e o Vice-Presidente a parte mais documental.-----

A **Vereadora Carla Sequeira** deu nota de que a proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.-----

Na sua perspetiva este é mais importante instrumento de gestão do Município.-----

Após várias delongas é ali apresentada a versão final da proposta do novo PDM de Mêda.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

O **Senhor Vereador Júlio Félix** pediu que lhe fosse dada a palavra para explicar o procedimento. Pedido que lhe foi indeferido.-----

João Lourenço – PS, lamentou que não tenha sido dada a palavra ao Senhor Vereador Júlio Félix, sublinhando que as limitações e os constrangimentos que resultam do PDM, não resultam de outra coisa que não a Lei imperativa.-----

João Zeferino - Coligação PPD/PSD.CDS-PP (Juntos pela Mêda) – Usou da palavra para dar nota que o grupo da coligação votará favoravelmente a proposta, porém com a ressalva de que o documento possui muitas deficiências e apresenta vários problemas que não foram objetivamente salvaguardados.-----

A Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta Final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mêda.-

PONTO 4 - PROPOSTA N.º 14/2022 – PACTO DOS AUTARCAS-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto quatro** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo III), passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** declarou nada ter a aditar face à informação previamente distribuída, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Cláudio Rebelo – PS, deu nota que a bancada do PS votará favoravelmente.-----

Apesar de o documento ainda estar numa fase embrionária e ser ainda muito vago, as razões e os objetivos são claros, recordando que para além de Marialva existem outras aldeias no Concelho.-----

A Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta n.º 14/2022 – Pacto dos Autarcas.-----

PONTO 5 - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA REPORTADA DE 01.01.2021 A 30.06.2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO—

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto cinco** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo IV), passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** declarou nada ter a aditar face à informação previamente distribuída, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da situação económica e financeira reportada de 01.01.2021 a 30.06.2021.-----

PONTO 6 - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – ANO DE 2021, DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MÊDA (CPCJ)-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto cinco** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo V), passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** declarou nada ter a aditar face à informação previamente distribuída, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.-----

A **Vereadora Carla Sequeira** deu nota que vai passar a estar presente a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda, Dr. Isabel Lourenço, para qualquer esclarecimento adicional.-----

Enalteceu o trabalho meritório que tem sido feito pela CPCJ.-----

Cláudio Rebelo – PS, enalteceu todo o trabalho realizado pelos técnicos e intervenientes da CPCJ de Mêda (muitas horas de trabalho de voluntariado e de entrega por parte destes técnicos).-----

Este relatório apresenta números que deverão ser confidenciais e respeitados, mas nem sempre uma redução de casos, significa que as coisas estão melhores, que o perigo e/ou o risco diminuiu, já que análise destes relatórios são complexos: “nem sempre um menor nº de casos é o garante de maior proteção das crianças e jovens em risco”. Vivem-se tempos de pandemia, de muita vulnerabilidade é necessário valorizar este trabalho realizado em prol da comunidade. O trabalho que as CPCJ’s fazem é desvalorizado por esta Assembleia Municipal, já que este ponto é sistematicamente colocado como último na ordem de trabalho e quase ninguém intervém neste assunto, o que merece uma maior reflexão por parte de todos.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório Anual de Atividades da CPCJ relativamente ao ano de 2021.-----

ENCERRAMENTO:-----

Quando eram treze horas e vinte e um minuto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
